

Ordens do Dia, o discurso fardado

Lincoln de Abreu Penna*

Resumo:

As “ordens do dia” retratam um discurso voltado tanto para o público interno, a corporação, quanto para o público externo, a sociedade política. Elaboradas pelos chefes do Exército funcionaram ao longo da República como análises de conjuntura e recomendações aos diversos comandos. O artigo reúne algumas dessas manifestações representativas do papel político do exército na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Ordens do dia – Sociedade política – Exército

Abstract:

“Daily orders” portray a speech turned as the domestic audience, the corporation, as for the general public, the political society. Drafted by the heads of the army, ran along the Republic as analysis of situation and recommendations to various commands. The article brings together some of these manifestations that represent the army's political role in Brazilian society.

Keywords: Daily orders – Political society – Army.

Considerações Iniciais

Este artigo se ocupa de um estudo iniciado em meados da década de oitenta do século próximo passado quando integrava o quadro docente do Programa de Pós Graduação em Psicologia Aplicada da FGV/RJ. Naquela ocasião, concebi um projeto tendo em vista a proximidade do centenário da Proclamação da República, em 1989, a partir dos pronunciamentos de chefes militares ao longo do período republicano. E o critério de escolha desse material de referência recaiu nas “ordens do dia”, mensagem que diariamente é divulgada pelo comandante em chefe do Exército. Durante muito tempo, pelos ministros da Guerra e, depois, do Exército.

Tomei, em seguida, como referência a data da Proclamação da República, o dia 15 de Novembro, e à luz de uma seleção mais ou menos aleatória, reuni uma série desses pronunciamentos, desde a data de fundação da República até a data do seu

* Professor aposentado da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autor do livro *O Golpe na República*. Rio de Janeiro: e-Papers, 2010 e *O Palácio Pedro Ernesto. A republicanização do espaço público*. Rio de Janeiro: Publit, 2010.

centenário. Claro que, a despeito desse caráter aleatório, alguns critérios foram levados em conta. Dentre eles, ressalte-se a distribuição dessas “ordens do dia” pelas diversas conjunturas políticas, de maneira a levar em conta precisamente os ambientes em que tais comunicados foram produzidos.

Em observância a esses critérios, quatro grandes conjunturas foram consideradas, a saber: a conjuntura imediatamente pós-Proclamação, a conjuntura da Segunda República (1930-1964), a do período ditatorial ou autoritário (1964-1985) e, finalmente a da Abertura e Reconstitucionalização do país, tendo como marco a nova Carta Magna de 1988. Mesmo não sendo possível, por diversas razões, reunir um número quantitativamente expressivo desses documentos,¹ relativamente a cada período conjuntural, creio que a simples amostragem permite que as considerações aqui aludidas sejam pertinentes, uma vez que retratam os ambientes nos quais elas, “ordens do dia”, foram concebidas e veiculadas.

Apesar de expressarem a voz do comando do Exército, geralmente em consonância com a do comandante em chefe da força e das demais entidades militares – o presidente da República, por imposição constitucional –, essas manifestações obedecem à visão da corporação sobre questões de natureza essencialmente políticas. Daí a relevância que contém tais comunicados, cuja leitura e reflexão percorrem normalmente toda a cadeia de comandos, dos mais altos postos às mais simples esferas da escala hierárquica. Logo, o seu alcance e as eventuais implicações no contexto da corporação são algo incomensurável, de modo a reforçar ou inibir atitudes e comportamentos orgânicos da instituição militar em todas as unidades aonde elas atinjam.

O Exército tem ocupado um papel saliente na história da República brasileira.² Desde a Guerra do Paraguai (1864-1870) até hoje, e passando, obviamente, pela centenária trajetória do regime republicano, os militares dessa Arma das Forças Armadas têm marcado os mais importantes momentos de nossa história. O propósito desse estudo é, como já foi sublinhado, o de acompanhar esse itinerário político e cívico através das ordens do dia, comunicado curto e diário, em que os chefes militares

¹ Das cem “ordens do dia” contabilizadas tendo como data de referência o 15 de Novembro, para os limites de um artigo, tive de reproduzir apenas sete, que acredito reflitam significativamente a importância desses documentos.

² SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*, 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

orientam seus comandados, e tornam público o que pensa a corporação sobre o que se passa no país.

Dessas conjunturas serão destacadas as questões orientadoras do comunicado da “ordem do dia”. Parte-se aqui da pressuposição de que os eixos formadores do conteúdo objeto da análise refletem o momento histórico, vale dizer, a situação política e institucional do país. E, assim, o Exército diante desses cenários se situa como corporação profundamente voltada para a sustentação das várias repúblicas que se constituíram ao longo do amplo período abarcado por este estudo.³ É por essa razão que identificamos as quatro conjunturas aludidas antes.

As conjunturas das Ordens⁴

Na primeira, é evidente que se trata de uma conjuntura a reunir duas circunstâncias do período. A da consolidação do regime e a da subsequente evolução da república oligárquica, que se impôs em seguida aos dois governos militares, portanto representativa de um momento inicial da construção das instituições republicanas. A segunda define-se nos marcos da república liberal forjada após o término do Estado Novo (1937-1945) e que antecede ao novo golpe, o de 1964. A terceira retrata a presença ostensiva dos militares durante os anos de regime autoritário, e finalmente, a última se situa na república democrática representada pela constituição de 1988, que inaugurou os alicerces da situação na qual se vive atualmente.

É fora de dúvida a absoluta identidade do Exército com a República.⁵ O sentido que empresta esta instituição ao funcionamento do regime, desde a sua implantação, tem a ver com a própria trajetória desta força armada. E esta constatação se torna evidente se considerarmos que a sua afirmação como corporação ocorreu em grande parte em função não somente de sua efetiva defesa dos limites soberanos do território brasileiro,

³ SCHULZ, John. *O exército na política*. São Paulo: EDUSP, 1994.

⁴ Das conjunturas republicanas, a que se refere aos governos civis da Primeira República (1894 / 1930) não se encontra contemplada nessa relação de ordens do dia. A razão é que após o movimento de Canudos, resistência sertaneja exterminada em 1897, a presença militar foi episódica, com os jovens turcos e com o tenentismo, já às vésperas da Revolução Liberal de 1930.

⁵ MORAES, João Quartim de. *A Esquerda Militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. São Paulo: Siciliano, 1991; _____. *A Esquerda Militar no Brasil: da Coluna à Comuna*. São Paulo: Siciliano, 1994.

mas, sobretudo, impulsionada pela ideia de *res publica*, o que lhe conferiu a grande parte desta corporação uma atitude antioligárquica a moldar seu caráter desde então.⁶

Todavia, as circunstâncias políticas influíram de forma determinante para que essa ideia da coisa pública como patrimônio da nacionalidade se apresentasse de maneira distinta ao longo das falas aqui reunidas para dar corpo a este estudo. Assim, ela aparece com variadas adjetivações, a emoldurar os momentos nos quais as intervenções de seus comandantes expressam. Assim, no primeiro bloco de ordens do dia, aquele situado ainda na Primeira República, há dois contextos distintos a considerar. O que acontece imediatamente após a Proclamação da República e o que se situa em fins desse período e na conjuntura dos anos pós 1930. Longa fase em que, a despeito da ruptura provocada pela Revolução Liberal de 1930, houve apenas uma mudança significativa: a que foi encabeçada pelo general Pedro Aurélio de Góes Monteiro (1889-1956). Neste momento, a fala da corporação obedece a imperativos da própria corporação, independentemente do grau de comprometimento com os governos que se sucederam.

O republicanismo do Exército até esse momento, de reorientação promovida por Góes Monteiro, era de modo a entender a República como um bem a ser preservado, em decorrência de mandado da nação. E, para torná-lo efetivo e real, a corporação se via na obrigação de preservá-lo, como se fora uma instituição como tantas outras merecedoras do crédito das forças de segurança do país. Essa visão mudou com as falas que se deram a partir da intervenção acima mencionada, quando o Exército deixa de ter um papel na política para se ocupar de “sua” política.⁷ O Exército abandona a posição de mero ator coadjuvante, cuja missão era a de zelar pela estabilidade institucional e preservar a unidade nacional, para ser um ator com papel a ser definido por si mesmo, de acordo com sua própria avaliação, situação nova a instigar e provocar reações de todo tipo.

Todo pronunciamento coetâneo de um fato histórico, como o que ocorreu com a primeira ordem do dia assinada, em 1889, por Floriano Peixoto (1836-1895), quando marechal de campo e ajudante geral do Exército, tem sempre um tom comemorativo. Neste sentido, este primeiro documento, produzido ainda sob o fervor de quem

⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. “Dos Governos Militares a Prudente – Campos Sales” In: FAUSTO, Boris (org.) *História da Civilização Brasileira* – III – O Brasil Republicano, 1. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). São Paulo: Difel, 1975.

⁷ PINTO, Sérgio Murillo Lima da Silva. *Exército e Política. Um século de pensamento e ação rumo à intervenção centralizada (1831-1937)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF. 2005.

participara do movimento bem-sucedido chegado ao poder, é um documento menos analítico e voltado quase exclusivamente à exaltação. Teve como finalidade levar à tropa, à caserna, enfim, à corporação, o sentimento de quem apostara na solução republicana para o país.⁸

Nesta ordem do dia há um dado que merece destaque. Foi a primeira e única a ser dirigida tanto ao Exército quanto à Marinha, porquanto o posto de ajudante geral, embora exercido por um oficial do Exército tivesse uma representação que não se limitava à corporação verde oliva. Não haveria, talvez, necessidade de se mencionar o nome da Armada (Marinha) senão por um gesto de irmandade a apontar para ambas uma espécie de missão conjunta, a defesa das novas instituições. Mal poderia supor Floriano que aquela mesma Armada se voltaria, em parte, contra ele na denominada Revolta da Armada, que se estendeu de setembro de 1893 a abril de 1894.

De qualquer maneira, a primeira ordem do dia, redigida cinco dias após a Proclamação, foi uma demonstração de afinidade política e ideológica com o regime recém-instalado, ao mesmo tempo em que cultivava a autoestima da corporação, absolutamente destacada como a principal personagem daquele fato de indiscutível importância para a sociedade brasileira, e até de certa compreensão política por parte de Floriano, uma vez que fazia ele referência, ao término do pronunciamento, à República Federativa, que a rigor só seria definida constitucionalmente pelos constituintes um ano depois, a despeito de os militares do Exército, em grande parte, terem sido mais favoráveis ao caráter unitário do regime, em função mesmo da influência positivista.⁹

Como Floriano participara de reuniões com grupos civis, de acordo com as revelações dos seus contemporâneos da campanha republicana,¹⁰ é possível que a antecipação do caráter descentralizado do novo regime tenha sido evocada numa homenagem aos que, juntamente com os militares, fundaram o regime. Esta é, seguramente, a única explicação para essa antevisão, apesar de parecer claro a todos que a tendência seria esta mesma, à revelia, portanto, de eventuais pressões da mocidade militar. Esta era o destacamento mais avançado em defesa do regime da coisa pública e de seu sistema centralizado, mas sua influência era limitada à caserna.

⁸ PENNA, Lincoln de Abreu. *A República dos Manifestos Militares*. Nelson Werneck Sodré, um intérprete republicano. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

⁹ MOTTA, Jeovah. *Formação do Oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Artes Gráficas, 1976.

¹⁰ CORREIA, Inocência Serzedello. *A Verdade histórica sobre o 15 de novembro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.

A passagem do trigésimo primeiro aniversário da Proclamação do regime republicano, registro sempre ao gosto das falas dos militares, se dava num cenário de grandes expectativas quanto aos rumos do país. Afinal, o Exército de novo retomava sua inclinação e gosto pela política nacional,¹¹ e os novos atores sociais e políticos começariam a manifestarem-se numa sociedade até então restrita aos grupos das elites dominantes. Estas, integrantes das classes que exerciam o poder, ainda detinham o mando das iniciativas e, portanto, da República inteiramente avessa ao espírito que a consagraria como um regime da coisa pública e do pleno exercício da cidadania.

Essa situação, no entanto, se modificaria a partir de 1930. A Revolução Liberal de outubro daquele ano, se não emplacou de vez o espírito ou os valores doutrinários republicanos, fez avançar muita coisa nesse sentido. Mudaram em parte as práticas políticas, não obstante a manutenção das velhas, empurradas para os mais distantes grotões, onde o avanço da modernidade política demoraria a chegar. Sobretudo, transformou o Estado em instrumento de modernização,¹² a induzir o crescimento econômico abrindo, assim, novas oportunidades de trabalho às massas populares que se encontravam inteiramente desamparadas, de direito e de fato. Era, por isso, natural que o teor das “ordens do dia” se modificasse a partir da consolidação dessas conquistas urbanas e industriais.

Assim, a ordem do dia do general Henrique Lott (1894-1984) traduz um pouco esse momento. Passada a Segunda Grande Guerra (1939-1945) e tendo sido dado o arranco brasileiro em direção ao desenvolvimento industrial, os anos Cinquenta alimentavam grandes esperanças. Acreditava-se que o país iria resolver os seus problemas estruturais. Muito embora o pronunciamento de Lott, que seria mais adiante candidato presidencial, não tenha necessariamente refletido por inteiro essa expectativa,¹³ não se pode deixar de dizer que ele foi bem sintomático. E esta “ordem do dia” foi divulgada entre a crise de 1955, na qual Lott garantiu a posse de Juscelino Kubitschek, e a eleição presidencial de 1960, ganha por seu adversário Jânio Quadros.

É verdade que, nessa “ordem do dia” de Lott, não se encontram os valores da democracia. Faz uma ligeira alusão à República e indiretamente se refere à liberdade,

¹¹ OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. *Militares: pensamento e ação política*. Campinas: Papirus, 1987.

¹² MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil – 1930-1945*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1978.

¹³ WILLIAM, Wagner. *O soldado absoluto. Uma biografia do marechal Henrique Lott*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

quando menciona: “À hora presente, em que o Mundo livre enfrenta uma luta permanente, alicerçada em ideologias materialistas”. Era uma clara menção ao comunismo e às formas de sociedades socialistas àquela altura existentes. O espírito da Guerra Fria, sem dúvida presente em seu discurso, explica a associação entre a liberdade não dita com a advertência contida em seu texto. E é curioso que o candidato Lott teve o apoio dos comunistas contra o seu adversário, que não chegava a explicitar qualquer restrição a um eventual apoio do Partido Comunista do Brasil (PCB).

Em 1962, o general Amaury Krueel (1901-1996), assinava a ordem do dia alusiva à data comemorativa da Proclamação da República. O país vivia um momento de expectativa em face da crise que havia sido provocada pela renúncia de Jânio Quadros no ano anterior e, depois, pelas dificuldades para dar seqüência à ordem institucional, com a assunção ao cargo de presidente do vice João Goulart. A nomeação do general Krueel tinha, então, um sentido de pacificação das suspeições de setores militares em relação a Goulart. Amigo pessoal do novo titular do executivo federal, Krueel seria o responsável por essa relação amistosa entre o novo presidente e os membros das forças armadas, num primeiro momento.

Em sua “ordem do dia”, Krueel ressaltava os valores da liberdade e da democracia associando-as ao povo, soberano em suas decisões. Evocava os ícones do Exército – Caxias e Deodoro da Fonseca –, e acenava para uma harmonia entre os integrantes das diversas instituições. Não chegava a se constituir num discurso para dentro, isto é, dirigido aos seus comandados, mas refletia uma intenção de levar adiante a situação em que se encontrava a presidência – sob o manto protetor, como queriam alguns, do parlamentarismo de ocasião (1961-1963) – com o propósito de ser o garantidor dessa nova e inusitada situação política e institucional. Mas com o retorno ao presidencialismo, após o plebiscito de janeiro de 1963, as tensões foram afastando o grupo que atendia à liderança de Krueel, deslocado que fora para o então II Exército, sediado em São Paulo, já às vésperas do golpe de 1964.

O último pronunciamento de um comandante do Exército antes do golpe foi o do general Jair Dantas Ribeiro (1900-1969). A sua “ordem do dia” referiu-se ao ato da Proclamação e fez um rápido retrospecto da própria história do Brasil, para chegar à ideia que norteara seu pronunciamento ao fazer referência ao desejo popular de ver implantada a República. Talvez fizesse, consciente ou não disso, um paralelo com as teses reformistas do governo a que representava, irmanado que se encontrava com as

ideias do presidente Goulart. E essa analogia ficou mais evidente quando evocou as reformas de tempos anteriores, como as que foram levadas a efeito com a Abolição e a República.

Sabe-se que o general Dantas Ribeiro adoeceu as vésperas dos acontecimentos que resultariam no golpe. Tinha algum prestígio junto aos seus camaradas, mas seu afastamento em virtude da saúde abalada tornou ainda mais acéfalo o comando do Exército. Não se pode garantir se sua permanência à frente do comando dessa arma iria ou não alterar os rumos dos acontecimentos. Creio que não, pois o caráter corporativo falou mais alto e, muito provavelmente, iria arrastar também o general Dantas Ribeiro. Como ocorrera na Marinha, o Exército passaria a sofrer com a saída de seu ministro. Mas, àquela altura, a situação do governo Jango estava praticamente definida nos meios militares golpistas ou já aderentes à solução “cirúrgica”, isto é, a um ato que interrompesse o que muitos já consideravam uma experiência perigosa demais para o país. Essa avaliação de profundo desprezo pelas instituições, movida, estas atitudes, pelo anticomunismo visceral, estimulado grandemente pelo exterior, sobretudo pelos EUA, contagiou até os mais arredios à política.

A primeira “ordem do dia” do regime imposto em 1964 foi assinada pelo general Arthur da Costa e Silva (1889-1969), como ministro da Guerra (1964-1967) do presidente eleito indiretamente general Humberto Castello Branco (1964-1967). É curioso que, nesta comunicação, o ministro e futuro presidente associava o advento da República a uma determinação, à vontade que se impusera e com isso fizera surgir o novo regime. Como curioso também são de se notar as sucessivas referências, que serão realmente constantes, ao nome de Floriano Peixoto. Nesta “ordem do dia”, seu nome é evocado como “chefe tranquilo, enérgico e seguro”, como a dizer que seria esta a postura que, como comandante do Exército, Costa e Silva levaria adiante. Se foi seu propósito fazer de Floriano o seu modelo, esqueceu-se de que o “Marechal de Ferro”, apesar de enérgico, sim, não usurpou das normas constitucionais¹⁴ e, mesmo pressionado por seus comandados, entregou ao seu legítimo sucessor a faixa presidencial. Costa e Silva, ainda que a contragosto, segundo alguns, assinou, em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional n. 5 (AI-5) – que agravou substancialmente o

¹⁴ Apesar da divergência quanto à interpretação do artigo 42 artigo da Constituição de 1891, Floriano acabou sucedendo a Deodoro, que não cumprira a metade do mandato. Este fato gerou descontentamentos e a Revolta da Armada.

caráter ditatorial do regime imposto em 1964 – e, neste momento, negou definitivamente as virtudes que dizia ver em seu modelo de comandante.

Naqueles tempos, essa preocupação com a legalidade acompanhou os primeiros momentos do regime de exceção. O calendário eleitoral foi atropelado, com a supressão das eleições presidenciais e as listas de cassações políticas e ideológicas havidas desde a implantação do primeiro dos atos institucionais, mas gerou-se a Carta de 1967. Encomendada, foi submetida a um Legislativo dócil às determinações do regime, não obstante reações de parlamentares dignos de nota, mas impotentes diante do rolo compressor da ditadura que se impunha à revelia das vozes mais sensatas, mas já desiludidas com o rumo tomado pelo movimento que derrubara Goulart do governo.

Após o AI-5, a situação era de absoluta restrição das liberdades democráticas. Foi nesse contexto que o general Orlando Geisel (1905-1979), em 1969, pronunciou a sua “ordem do dia”, em clima de extrema tensão. Afinal, aproximava-se o primeiro ano da edição do AI-5, e a ação sistemática dos chamados órgãos da comunidade de segurança se fazia à revelia das chefias, dos comandos, enfim, da hierarquia das forças armadas, que também em momento algum contestou tais atos. Havia, na ocasião, a firme convicção de que a sobrevivência da nova ordem passava pela mais dura e enérgica atitude frente aos seus inimigos internos. Desenhava-se o que mais adiante se chamaria de “guerra suja”, de modo a justificar as ações terroristas do Estado em face das de mesmo teor dos que combatiam a ordem instituída, na avaliação de seus ideólogos.

Foi, na verdade, a primeira “ordem do dia” a fazer explicitamente menção aos opositores que haviam aderido ao combate direto e armado contra o regime. Começaria durante este comando a luta incessante contra o que se denominou oficialmente de terror, de terroristas, não mais aqueles subversivos de ontem, mas de supostos agentes que tinham obcecadamente a ideia de liquidar com a “Revolução Democrática de 31 de Março de 1964”, na pomposa definição dos responsáveis por essas ações “antiterror”. O trecho abaixo é bem representativo nesse sentido:

A união das Forças Armadas com o povo, nestes últimos cinco anos, tem sido o obstáculo intransponível contra as investidas do adversário em nosso país. E há de fortalecer-se na medida em que o inimigo se avilta nos processos desumanos de ação, no crime, no terrorismo, no sequestro, no assalto ao patrimônio público e privado e no sacrifício inútil de preciosas vidas.

Não é também desconhecido o processo de disputa interna entre as facções militares abertas, de forma mais ostensiva, ainda que internamente, com a ascensão do general Ernesto Geisel (1907-1996) ao governo do país (1974-1979). Fora de grande importância, por isso mesmo, a presença de seu irmão à frente do comando do Exército nos tempos do exercício presidencial (1969-1974), do general Emílio Médici (1905-1985), quinquênio que marcou definitivamente a repressão nos próprios estabelecimentos das Forças Armadas, como sempre se fizera até então nas dependências dos órgãos policiais civis e militares. Estruturou-se, à época, a OBAN,¹⁵ que daria origem ao Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna DOI-CODI.

O general Orlando Geisel ainda responderia pelo comando do Exército nas “ordens do dia” dos anos seguintes. Ele foi mantido durante o período de governo de Médici, por um acordo que com o tempo aprofundaria mais intensamente a divisão entre duros repressores e repressores mais brandos. Manteve nos seus pronunciamentos dos anos de 1971 e 1972 os mesmos propósitos, centrados na advertência – que para a comunidade interna tinha destinatário, os agentes da repressão – e, para o público externo suas palavras visavam isolar os “bolsões” mais radicais contra o regime.

Na “ordem do dia” de 1972, o general Orlando Geisel evocou a fraternidade corporativa, num momento em que se esgarçava, pela insânia dos mais brancos operadores do regime, a política de combate sem trégua à oposição mais aguerrida. A luta armada promovida por algumas tendências políticas da esquerda brasileira se encontrava em situação delicada em face das inúmeras perdas de combatentes e principais dirigentes. Para o general chegara a hora de reagrupar as forças da ordem. E seu sinal é claro nesta passagem: “Ímune a interesses de grupos ou facções e sempre fiel à sua destinação primeira, o Exército se espalha e marca sua presença em todo o território, ensinando e instruindo homens dos mais variados níveis sociais e sentindo de perto os problemas das diversas regiões”.

O papel de força da ordem terminava diante das avaliações que fazia, a despeito dos acontecimentos que ainda se registravam na região do Araguaia, no Bico do

¹⁵ A Operação Bandeirantes (OBAN) foi uma iniciativa de empresários afinados com o regime. Essa ação conjunta foi concebida em fins de 1969 com o objetivo de coordenar e integrar as ações dos órgãos de combate às organizações armadas de esquerda e desencadeada a partir de 1970, e contava com o financiamento de atividades paralelas as do Estado, com vistas a liquidar com os inimigos internos do regime.

Papagaio,¹⁶ no qual o partido Comunista do Brasil (PC do B) desenvolvia uma guerrilha rural. Daí a chamada para que os militares de sua corporação, o Exército, voltassem ou começassem a dar atenção a tarefas práticas de uma nacionalidade dispersa no imenso território. Assim, “os interesses de grupos ou facções” deveriam ter um ponto final. Mas este ponto final só aconteceria com o outro Geisel, e, mesmo assim, com sequelas não superadas por inteiro.

“Ouve e obedece aos teus superiores, porque sem disciplina não pode haver equilíbrio”. Esta mensagem do general José Luís Coelho Neto, autor da Ordem do Dia dos 90 Anos de Proclamação da República, em 1979 foi, senão a última a mencionar a questão da unidade e da disciplina hierárquica, que já vinha sendo objeto das mensagens anteriores do general Orlando Geisel. Coelho Neto era um oficial da “facção dura”, ideologicamente falando, mas compreendia a importância do binômio disciplina e hierarquia, razão pela qual incluiu em seu texto alusivo à data essa singela, porém oportuna mensagem aos seus companheiros de arma e subordinados hierárquicos.

Nesse ano havia prosperado o projeto da distensão “lenta, gradual e segura” do presidente Geisel, em fins de governo. Em agosto de 1979 tinha sido promulgada a Lei da Anistia, que não fora tão abrangente seguindo a toada dos termos que a embalsamaram ao longo do movimento em prol da medida, com os famosos dizeres: “ampla, geral e irrestrita”, já que excluiu do benefício os acusados de “crimes de sangue”, mas que acabou permitindo que se beneficiassem também os torturadores contumazes dos aparelhos repressivos do Estado. Não obstante, essa tinha sido a abertura possível naquele momento, e com base nela se transitou para o Estado democrático de direito, que viria a ser consagrado pela Constituição de 1988, a mais popular e democrática das cartas magnas do país.¹⁷

Após a promulgação da Constituição de 1988, ato solene e sessão simbolizada pelas palavras do presidente do Congresso Nacional, deputado Ulisses Guimarães, ao proclamar que tinha “nojo da ditadura”, estava, para alguns analistas, encerrado o ciclo ditatorial. Mas, o presidente José Sarney (1985-1989), que tinha como ministro do Exército o general Leônidas Pires Gonçalves, não contava com ele para pôr de lado o regime que acabara de ser superado. A “ordem do dia” do general abraçava ainda o

¹⁶ Região situada, na época, entre os estados de Goiás (hoje Tocantins), Pará e Maranhão, e escolhida para o centro das atividades de recrutamento e organização da guerrilha do PCdoB.

¹⁷ CERQUEIRA, Marcello. *A Constituição na História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

legado do regime dito militar, que, na verdade, foi civil e militar, posto que a participação empresarial foi decisiva para a manutenção daqueles governos autoritários. Disse, então, o general em sua mensagem centenária da Proclamação, depois de um pedagógico exercício de reconstituição dos fatos mais relevantes para o Exército:

Hoje, quando são comemorados os 100 anos da Proclamação da República – com a nação vivendo um clima de normalidade democrática – o Exército, com justo orgulho, regozija-se de sua participação decisiva não só no histórico episódio, como também em acontecimentos posteriores – como a revolução democrática de 1964 – que, impedindo o País de resvalar no caos e no extremismo, concorreram para a consolidação das Instituições Brasileiras.

De resto, as ordens do dia sintetizam as visões dos militares do Exército sobre os cenários políticos do país e do mundo. São como pontos de vistas tornados públicos de modo a cumprir a função de ator político da ordem institucional, nem sempre em absoluta consonância com os governos instituídos.¹⁸ Nas crises por que passou a República, as ordens do dia representaram os famosos recados de que falava o jornalista Carlos Castello Branco, em sua coluna do *Jornal do Brasil*, coluna sempre aguardada com muito interesse por seus leitores, sobretudo os políticos com mandatos sujeitos às intempéries da alta hierarquia militar.¹⁹

Nas crises políticas e institucionais e, sobretudo, nos períodos de exceção, tais como os das ditaduras, esses recados ou falas da ordem expressas pelas ordens do dia ganham relevância e certa importância, uma vez que os militares se tornaram fiéis escudeiros desses regimes típicos de restrições às liberdades públicas. Todavia, essa importância das “ordens do dia”, simplesmente desaparece nos períodos de prevalência das instituições democráticas, nas quais preponderam as normas constitucionais pautadas pelas convenções clássicas do Estado de direito. É por essa razão que, ao inventariar esse conjunto de manifestações não se deve esquecer dos momentos, das conjunturas, enfim, dos períodos que emprestaram a esses pronunciamentos características próprias. Assim, tanto quanto tomar ciência das “ordens do dia”, torna-se relevante conhecer os dias, meses e anos em que elas foram elaboradas e difundidas junto à corporação militar.

¹⁸ STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

¹⁹ CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os Militares no Poder*, vol. II – O baile das solteironas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

Ordens do Dia:

Ordem do Dia à Guarnição da Capital

Quartel-General do exército, 20 de Novembro de 1889.

Exultando do mais vivo contentamento, cumpro hoje o dever de levar ao conhecimento do bravo exército brasileiro que, desde o dia 15 do mês andante, acha-se o torrão sagrado da pátria sob a forma Republicana Federativa.

Meu contentamento é tanto maior quanto com brilho que jamais se apagará das páginas da história de todo o mundo, ficou patente que ao exército e armada brasileira, cujo patriotismo tantas vezes provou-se nos campos de batalha em meio das lutas mais renhidas em defesa da honra da nação – e ao povo se deve não só o êxito da empresa, como também a maneira altamente digna e honrosa por ele foi alcançada.

E mais uma data gloriosa para aqueles que pagam o pesadíssimo tributo de sangue.

Ao 7 de Setembro de 1822 juntou-se o 13 de Maio de 1888, que quebrou os grilhões que por três séculos arroxearam o pulso de uma raça; ao 13 de Maio, que foi uma aurora, seguiu-se o 15 de Novembro de 1889, data sacratíssima porque aos pósteros relembrará o advento da inteira liberdade de um povo que a natureza opulentará com tudo quanto de grande havia em seus escrínios.

Cheio, pois, de vivíssimo entusiasmo, saúdo o Exército e louvo a maneira digna por que se houve nesses dias em que mais necessária era a correção de sua conduta, a prova inconcussa da sua disciplina que se deve manter a mesma e sempre ao serviço da causa santa da pátria, que deve ser o objeto do nosso ardente culto.

Viva a República Federativa dos Estados Unidos do Brasil.

Viva o Governo Provisório!

Viva a armada!

Viva o exército!

Floriano Peixoto, marechal de campo.

Ordem do Dia

Proclamação da República

Em 15 de Novembro de 1958

Completando uma fase de sua evolução histórica, adotou o Povo brasileiro o regime republicano, em substituição à forma monárquica, que orientava os seus destinos, desde os primórdios de sua formação até quase o fim das sete primeiras décadas de sua vida independente.

O sentimento de governo “do povo pelo povo” foi uma constante aspiração dos brasileiros, várias vezes confirmadas nos diferentes pronunciamentos em favor da independência da pátria, que precederam à definitiva separação da antiga metrópole.

Impregnados das ideias de liberdade, favorecidas pela vastidão do ambiente geográfico em que viviam e, mais tarde, robustecidas pelo conhecimento da evolução de outros povos, os brasileiros, muito cedo, adquiriram a consciência de que o regime democrático é o que mais condiz com a natureza digna da personalidade humana. Razões políticas sobejamente explicadas pela filosofia da história, e sabiamente exploradas pelos estadistas de então, levaram o Brasil a se fazer uma sociedade independente sob a égide de um cetro imperial que, harmônico com o pensamento dominante do povo, assegurou a integridade territorial e desenvolveu ambiente propício à prática da vida democrática. Por isso foi possível a evolução lógica e natural da nossa história política, que se processou sem maiores sobressaltos, que viessem perturbar profundamente a vida da nacionalidade.

Temos sido fiéis à nossa origem e à nossa tradição histórica porque temos sabido evoluir dirigindo os acontecimentos com o poder da razão e a força do patriotismo.

Quando Benjamin Constant e Deodoro, Quintino Bocaiúva e Rui Barbosa e tantos outros insignes patriotas julgaram oportuna a implantação do regime republicano, convencidos estavam de que o povo, longamente motivado por pertinaz doutrinação, era capaz de exercer o seu próprio governo. E não se equivocaram, porque o sentimento democrático é característica relevante da própria personalidade de nosso povo.

É certo que temos sofrido crises, mas não é menos verdadeiro que a todas elas temos sabido superar, porque orientados pela sinceridade aos princípios que formam a consciência nacional: amor à Pátria e respeito à pessoa humana.

O Exército, que abriga elementos de todas as classes e de todas as regiões do País, vive com o seu povo cujos anseios nele se refletem. Como organização que destinada à defesa das suas instituições e de integridade pátria, tem de ser fiel aos seus altos interesses e por isso se mantém vigilante para bem cumprir os mandamentos da soberania popular, consubstanciados nas normas legais, que presidem os nossos destinos.

Fidelidade à Pátria e subordinação à sua Lei são os princípios orientadores de nossas ações.

Saibamos segui-los, soldados do Exército, porque, assim, seremos dignos dos nossos concidadãos e serviremos o Brasil.

(a) Mar. Henrique Lott

Ministro da Guerra

Ordem do Dia

1962

Proclamação da República

15 de Novembro

A implantação do regime republicano no Brasil, a 15 de novembro de 1889, foi uma natural consequência do sentimento democrático do povo brasileiro.

Plasmando o seu caráter sob a influência permanente e poderosa de uma miscigenação perfeita, porque sem preconceitos raciais, em ambiente geográfico cuja amplitude estimula o livre empreendimento e enseja espontâneo sentimento de liberdade, e permanecendo fiel aos sentimentos cristãos, o brasileiro adquiriu, como traço predominante de sua personalidade, o respeito a si mesmo e aos seus semelhantes. E isto é fundamento da ideia democrática.

Nascido sob a égide de regime monárquico que, praticado de maneira atenuada, sob a forma representativa, lhe orientou os primeiros passos de nação independente, cuja unidade e integridade ajudou a consolidar, não conheceu o Brasil o jugo do déspota, que olvidasse os anseios do povo, que o suportaria.

A evolução natural das ideias, que se desenvolviam e se consolidavam concomitantemente com o progresso do país, conduziu o pensamento da maioria à convicção de que era oportuno estabelecer o regime político correspondente à verdadeira inclinação do povo brasileiro: regime criado e mantido pelo povo e para o povo.

Dessa maneira, a ideia republicana, que mesmo antes da Independência já contava com numerosos e distinguidos prosélitos, ganhando força e vitalidade, levantou-se e cresceu em todas as dimensões, conquistando novos adeptos e penetrando na alma do próprio povo.

Parcela integrante deste mesmo povo, com o qual por isso mesmo se confunde, as Forças Armadas são sempre sensíveis ao seu palpar e com ele participam de anseios idênticos.

Isto explica a ação das Forças Armadas de 89. Vindo ao encontro da vontade popular, assumiram a árdua responsabilidade de, em nome da Nação, inaugurar novo regime, no qual tiveram guarida as mais amplas liberdades, com o primado do princípio de respeito à dignidade humana.

Ao evocar esse acontecimento, do mais alto significado para a vida da nacionalidade, surge, inconfundível e majestosa, sublime e heróica, na magnitude do seu patriotismo e na simplicidade de sua desambição pessoal, a figura impoluta e grandiosa de DEODORO.

Indiferente aos reclamos da própria saúde, profundamente abalada, alheio aos apelos de merecido repouso, teve força bastante para vencer a própria modéstia e, impulsionado pelo mais ardente patriotismo, já tantas vezes comprovado, inclusive nos campos de batalha, empenhou a autoridade do seu nome e o prestígio de que, indiscutivelmente, gozava no seio de sua classe para dar à Pátria o regime que esta desejava, sem perturbar as atividades normais e sem macular a vitória com a mancha de guerra fratricida.

Setenta e três anos são decorridos e, neste período, têm os brasileiros se mantido fiéis aos princípios que deram origem ao histórico 15 de novembro de 1889. É que esses princípios, que têm por base a pessoa humana, constituem orientação permanente de conduta do povo brasileiro.

Liberdade com dignidade e ambiente no qual todos possam viver, trabalhar, produzir, amar a Deus e organizar a Família, e expressar seus pensamentos, tendo como único limite igual direitos dos semelhantes, representam as preocupações sempre presentes à mente do povo brasileiro.

Nesta data, reafirmemos nós, que integramos o Exército de CAXIAS e de DEODORO, inteira fidelidade ao nosso povo, que confia, sejamos nós intransigentes defensores de suas liberdades, de sua dignidade e do seu progresso, dentro da ordem e do respeito à lei e à autoridade. E o seremos porque, como esse povo, acreditamos que o Brasil há de seguir caminho reto para um porvir de paz e de progresso, sob a égide da democracia, único regime condizente com a dignidade humana.

Gal. Div. Amaury Krueel

Ordem do Dia

1965

Proclamação da República

Assinala o 15 de novembro de 1889 a Proclamação da República. O Império, em declínio, mostrava-se cada vez menos capaz de resolver os graves problemas internos que assoberbavam a Nação ao final do século XIX. A vontade de renovação contida no ideal republicano ganhava corpo. O Exército, associando-se aos mais legítimos sentimentos nacionais, não poderia manter-se à margem da História. Na fase da propaganda, o verbo ardente de Benjamin Constant inflamou a mocidade militar, preparando o terreno, na derrubada do Trono a figura varonil de Deodoro, empolgando a tropa, decidiu os acontecimentos, a consolidação do novo regime teve seu baluarte em Floriano – figura singular de chefe tranquilo, enérgico, seguro.

Esta intervenção oportuna, para o aperfeiçoamento das instituições, processou-se nos moldes que, ainda hoje, caracterizam o papel moderador desempenhado pelas Forças Armadas nos momentos de crise. O desprendimento, a honestidade de propósitos, o patriotismo têm sido penhores seguros de que esse poder moderador se exerceu e se exercerá, sempre, em benefício exclusivo da Pátria e não será jamais, a expressão de um militarismo ambicioso ou do favorecimento a facções políticas, em detrimento do povo.

Ao cultuarmos hoje a memória ilustre dos varões que nos legaram a República, sentimo-nos orgulhosos de não haver falhado aos seus ideais e de continuar lutando pela defesa e pelo aperfeiçoamento das instituições democráticas que constituem o mais precioso patrimônio do Exército.

Gen – Ex – Artur da Costa e Silva

Ministro da Guerra

Ordem do Dia

1970

15 de Novembro

Neste dia de 1889, completava-se um ciclo importante de nossa formação política. Chegava ao fim a Monarquia, nascia a República. Tomavam forma definitiva os ideais acalentados sofridamente por tantos brasileiros, durante mais de um século.

Amortecendo o impacto das lutas libertárias que sacudiram e malferiram os povos hispano-americanos, o Império fora no Brasil a transição menos brusca, o caminho menos cruento para a completa estruturação da nacionalidade, em harmonia com o espírito liberal e o caráter pacífico que o caldeamento entre lusos, indígenas e africanos forjou no homem brasileiro. Original em seu processo, o País proclamava a República mais tarde que suas irmãs no continente, mas a via monárquica o poupava de muitos tropeços e que o lavaria uma abrupta e completa reformulação de poderes e instituições.

Chegou a República, por evolução natural e quando a Monarquia já cumprira seu papel unificador, pela mão de figuras entre as quais se agiganta a de Caxias, o Pacificador. Porque cristalizava anseios da maioria, afirmou-se sem sangue e assim pode crescer e aperfeiçoar-se. E porque era chegada sua hora, teve do Exército a contribuição decisiva, na proclamação como no período difícil da consolidação. A espada de Deodoro, refulgindo ao sol que iluminava o nascer de nova era, tinha a sustentá-la, mais do que o braço do intrépido Marechal, a força inspiradora da vontade nacional, consubstanciada na pregação infatigável de Benjamin Constant e, logo adiante, na férrea determinação de Floriano Peixoto.

Meus camaradas!

A História nos ensina que os brasileiros repugnam soluções violentas, que aqui não vingam interesses de minorias, nem se processarão transformações no arrepio de nossa índole ordeira e de nossa formação cristã, sejam quais forem as mudanças que, agora como no passado, a nossa volta ocorreram.

Comemoramos hoje a Proclamação e celebramos também o regime republicano, federativo, democrático. É hora de exaltá-lo, mas não nos bastem as galas e os lazes das datas festivas. Faz-se propícia a reflexão, que aviva a consciência do que representa e renova a disposição de preservá-lo, fortalecendo os instrumentos que o vão defender.

Presente e atuante naquele como em todos os momentos da vida cívica do País, o Exército de ontem deixou-nos exemplo de sua interferência moderadora, a ensinar-nos a imparcialidade que infunde confiança, a responsabilidade que não teme decidir, a dedicação que se sobrepõe ao interesse pessoal, o equilíbrio que gera o respeito no exercício da autoridade.

Guardiões das instituições e defensores do regime, festejamos hoje a herança de nossos avós, que havemos de legar intacta aos descendentes. Para que a não desfigurem doutrinas totalitárias qual a comunista, nem ocorra a diluição dos princípios morais ou maltrate a sanha da violência e do terror, seja nosso melhor escudo o próprio Exército profissional, voltado para a instrução e a atividade essencialmente militar, e todo feito do integral e disciplinado devotamento de cada um de nós.

Orlando Geisel

Ministro do Exército

Ordem do Dia

1979

Brasil – 90 Anos de República

Honra a Deus amando a Pátria sobre todas as cousas por nô-la haver ele dado por berço, com tudo o que nela existe de esplendor do céu e de beleza e fortuna na terra.

Considera a Bandeira como a imagem viva da Pátria, prestando-lhe o culto do teu amor e servindo-a com todas as forças do teu coração.

Honra a Pátria no passado, sobre os túmulos dos heróis; glorifica-a no presente, com a virtude e o trabalho; impulsiona-a para o futuro, com a dedicação, que é a força da fé.

Instrui-te para que possas andar por teu passo na vida e transmite aos teus filhos a instrução que é dote que não se gasta, direito que não perde, liberdade que não se limita.

Pugna pelos direitos que te confere a lei, perpetuando-a em todos os seus princípios, porque da obediência que se lhe presta, resulta a ordem, que é a força suave que mantém os homens em harmonia.

Ouve e obedece aos teus superiores, porque sem disciplina não pode haver equilíbrio. Quando sentires o tentador, refugia-te no trabalho, como quem se defende do demônio na fortaleza do altar.

Previne-te na mocidade, economizando para a velhice, que assim prepararás de dia a lâmpada que te há de iluminar a noite.

Acolhe o hóspede com agasalho oferecendo-lhe a terra, a água e o fogo, sempre, porém, como o senhor da casa, nem com arrogância que o afronte, nem com submissão que te humilhe, mas serenamente sobranceiro.

Ouve aos teus, que têm interesse no que lhes é próprio, reservando-te com os de fora. Quem sussurra segredos é porque não pode falar alto, e as palavras cochichadas na treva são rebuços de ideias que se não ousam manifestar ao sol.

Ama a terra em que nasceste e à qual reverterás na morte. Porque por ela fizestes por ti mesmo farás, que és terra e a tua memória viverá na gratidão dos que te sucederem.

(Mandamentos cívicos - Coelho Neto)

Ordem do Dia

1989

100 Anos de República

O Exército e o ideal republicano.

A Origem.

É possível materializar, no tempo e no espaço, a origem de um fato histórico?

No caso da participação do Exército Brasileiro nos episódios que culminaram na Proclamação da República, sim: tudo começou nos anos que se seguiram à Guerra da Tríplice Aliança.

O Exército Imperial, coberto de glórias no regresso do maior conflito continental do século, via-se, pouco a pouco, relegado, esquecido e desprestigiado, a par do crescimento e desenvolvimento da Nação.

Diminuía sua eficiência no cumprimento das obrigações constitucionais e, lentamente, um movimento de reação o afastava do Governo Imperial.

Os jovens oficiais e seu grande mestre.

Por outro lado, a desilusão e a mágoa que se abatiam sobre os velhos chefes – outrora esteios tradicionais do Trono – impregnava também a mocidade militar.

Estava aí o terreno propício para a inoculação dos ideais republicanos na mente dos jovens chefes do futuro – trabalho desenvolvido com maestria por uma insigne geração de professores, onde pontificou Benjamin Constant Botelho de Magalhães, um oficial engenheiro militar, docente de matemática, mas, acima de tudo, um mestre do civismo.

Homem de princípios morais acendrados e dotado de enorme capacidade de persuasão, obteve, sem perder sua proverbial humildade, uma enorme consagração por parte das gerações de oficiais, aos quais influenciou decisivamente.

Adepto do positivismo de Augusto Comte, Benjamin ainda tem o mérito de haver abrandado as ortodoxas ideias republicanas do filósofo francês, tornando-as mais consentâneas com a realidade brasileira.

Interpretando os sentimentos da população.

Na década de 80 do século passado, fervilhavam, no seio da população, as polêmicas sobre a abolição da escravatura e a substituição do regime monárquico.

E o Exército comungava dos mesmos sentimentos.

Era pela libertação dos escravos, nódoa profunda que manchava a nacionalidade. Passou a recusar-se a capturar escravos fugidos.

Pugnava pela República, pelo respeito aos interesses da coletividade, pelo trato mais sério da causa pública, pela queda dos privilégios, pela descentralização administrativa e pelas liberdades civis.

A Questão Militar.

Este posicionamento, evidentemente, acabou gerando um clima de animosidade entre a Instituição Militar e o poder civil, gerado pelo choque de interesses opostos.

E assim, questões que poderiam, sob outro clima, ser consideradas rotineiras, acabaram por atingir um caráter de injúria a toda uma coletividade.

Foi o que ocorreu, no período de 1883/1887, com os três episódios principais e outros de menor vulto que compuseram a chamada “Questão Militar” – que teve por saldo, além de um rude golpe na autoridade do Império, o afastamento do Trono de grandes chefes militares, antes seus fiéis apologistas.

A adesão de Deodoro.

Ferido com os desdobramentos da “Questão Militar”, mas ainda fiel ao Imperador, Deodoro só aderiu ao movimento, há muito em curso, depois que se certificou de que ali estava a melhor opção do país.

Acabou concordando com Benjamin Constant: estava encerrado um ciclo. O Império cumprira sua missão de consolidar a independência e conservar a unidade da jovem Nação, mas agora, seu sistema e suas instituições políticas tinham-se tornado arcaicos, desaparelhados para acompanhar a modernização que atingira, sobretudo, a economia.

A adesão de Deodoro era fundamental, tratava-se do militar mais conceituado e acatado junto à tropa, de vez que a ação de Benjamin Constant sempre esteve restrita, praticamente, à Escola Militar.

A Proclamação da República.

Amanhece. De São Cristóvão, parte a coluna revolucionária, conduzindo Benjamin Constant e jovens republicanos. Na altura do Gasômetro, Deodoro da Fonseca assume o comando.

Vãs seriam as tentativas de defesa engendradas pelo Império.

Em movimento de pinça, forças republicanas atingem o campo da Aclamação. Tropas até então fiéis às ordens governamentais, aderem ao movimento. Os cadetes logram atingir aquele local decisivo.

Deodoro proclama a República. Um novo capítulo é aberto nas páginas da história do Brasil.

O Exército na História do Brasil.

Hoje, quando são comemorados os 100 anos da Proclamação da República – com a nação vivendo um clima de normalidade democrática – o Exército, com justo orgulho, regozija-se de sua participação decisiva não só no histórico episódio, como também em acontecimentos posteriores – como a revolução democrática de 1964 – que, impedindo o País de resvalar no caos e no extremismo, concorreram para a consolidação das Instituições Brasileiras.

Presença decisiva na Proclamação da República brasileira, o Exército orgulha-se de permanecer, 100 anos depois, fiel às suas tradições de corporação genuinamente brasileira, sempre interpretando os sentimentos da população e, acima de tudo, atento à sua distinção constitucional.

Nesta data, que também assinala o início do processo de escolha do novo mandatário da Nação, pelo voto direto, o Exército Brasileiro associa-se às manifestações de júbilo de todos os segmentos da nossa Sociedade, nesta festa cívica

que entrelaça, a um tempo, o transcendental fato histórico e o presente pleno de esperança.

O centenário acontecimento como que empresta parte de sua perenidade ao importante evento que se desenvolve no dia de hoje. Esta feliz coincidência de datas também faz com que, em contrapartida, as eleições de agora ajudem a marcar, para as gerações atuais, uma História que nunca deverá ser esquecida.

General Leônidas Pires Gonçalves

Considerações Finais

Como é possível perceber, independentemente das conjunturas a retratarem os diversos momentos registrados neste artigo, existe uma linguagem padrão, convencional, rigorosamente concisa, de modo a revelar um envolvimento contido da corporação representada pelos seus comandantes. Todavia, essa característica não consegue contornar a realidade dos fatos e as atitudes que tais comandantes expressaram através de suas ordens do dia. É esta impossibilidade de driblar uma dada situação política e institucional que faz do historiador, que se ocupa da história política, um intérprete de seu tempo, seja ele o tempo de seu objeto de investigação ou de seu próprio tempo, isto é, o da construção de um discurso histórico.

As ordens do dia não são representações capazes de revelarem as imbricadas relações dessa instituição total que são as forças armadas e a sociedade, mas ajudam a quem delas se propuser a analisar pistas das mais significativas, dado que a sua elaboração é um trabalho de cuidadosa arquitetura de palavras, colocadas de tal forma que não deixem seus comandantes à mercê de eventuais cobranças dos membros dessa instituição, principalmente num país no qual sua presença ainda é extremamente influente e penetrante nas áreas de decisão política.

Referências bibliográficas:

CARDOSO, Fernando Henrique. “Dos Governos Militares a Prudente – Campos Sales”
In: FAUSTO, Boris (org.) *História da Civilização Brasileira – III – O Brasil Republicano*, 1. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). São Paulo: Difel, 1975.

- CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os Militares no Poder*, vol. II – O baile das solteironas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
- CERQUEIRA, Marcello. *A Constituição na História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- CORREIA, Inocêncio Serzedello. *A Verdade histórica sobre o 15 de novembro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.
- MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil – 1930-1945*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1978.
- MORAES, João Quartim de. *A Esquerda Militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- _____. *A Esquerda Militar no Brasil: da Coluna à Comuna*. São Paulo: Siciliano, 1994.
- MOTTA, Jeovah. *Formação do Oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Artes Gráficas, 1976.
- OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. *Militares: pensamento e ação política*. Campinas: Papyrus, 1987.
- PENNA, Lincoln de Abreu. *A República dos Manifestos Militares. Nelson Werneck Sodré, um intérprete republicano*. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.
- PINTO, Sérgio Murilo de Souza. “A Doutrina Góis: síntese do pensamento militar do Estado Novo”. In: PANDOLFI (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*, 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- SCHULZ, John. *O exército na política*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- WILLIAMS, Wagner. *O soldado absoluto. Uma biografia do marechal Henrique Lott*. Rio de Janeiro: Record, 2005.